

## Trabalho - nova modalidade de uso de si e educação: debates/confrontos de valores\*

Maria Inês Rosa\*\*

**Resumo:** As reflexões desenvolvidas no presente artigo consideram as mudanças atuais nas atividades de trabalho através da concepção do trabalho como uso de si e uso de si por si, e não execução. Estas mudanças se constituem enquanto uma nova modalidade de uso de si do trabalhador organizando o trabalho prescrito, em confronto com o trabalho real, o que faz do trabalho lugar de debates/confrontos de valores-normas antecedentes. A educação aí se configura como processo de formação tendo uma finalidade específica: que o trabalhador faça o trabalho prescrito – o novo modo de trabalhar – conforme estas normas. Consideramos o depoimento de um trabalhador, operário, que ao dizer desta nova modalidade de uso de si, ele a testemunha, vivenciando-a e experimentando-a. Procura colocar em palavras o seu trabalho real a partir mesmo do trabalho prescrito, pondo em questão a separação entre ambos e também a atividade de conceituação empreendida pelo segundo.

**Palavras-chave:** trabalho como uso de si e uso de si por si/nova modalidade de uso de si, trabalho prescrito/trabalho real, normas antecedentes-valores, temporalidade econômica/temporalidade ergológica, educação.

**Abstract:** The developed thoughts of this article consider the present changes at the work activities through the conception of work as use of oneself and use of oneself by oneself, but not as execution. These changes are made as a new mode of worker's use of oneself, organizing the prescribed work, in confrontation with the real work, that which makes the work as the site of debates/confront of values/norms antecedents. In this context, the education means the build up process, having a specific aim: make the worker able to perform the prescribed work – the new way of working – according to these norms. Taking the testimony of a worker, who speaking about this new mode of use of oneself, he witnesses it, living it and experiencing it, trying to put in words his real work even from the prescribed work, inquiring the separation between both and also the conceiving activity performed by the second.

**Descriptors:** work as use of oneself and use of oneself by oneself/new mode of use of self, prescribed work/real work, norms antecedents – values, economic timing/ergologic timing, education.

---

\* O presente artigo é uma outra versão do texto "Gestão do trabalho: desemprego, conhecimento e (re)educação moral do trabalhador profissional" (1998), oriundo do trabalho "Reorganização do trabalho e (re)qualificação do ser trabalhador", elaborado em inícios de 1994, a partir de nosso projeto de pesquisa "A (re)qualificação do ser trabalhador: educação e reeducação moral" (pós-doutorado). Este trabalho foi apresentado ao II Encontro Nacional de História Oral: Documentação Oral e Multidisciplinaridade, 27-29/04/1994, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro. Foi discutido, em 27/07/1994 com o entrevistado, cujo depoimento o integra e, nesse mesmo ano, no Seminário de Pesquisa do CERU-Departamento de Sociologia da USP. Ele fora então elaborado sob o referencial de poder foucauldiano. O artigo dele traz o referido depoimento e as hipóteses e reflexões nele presente guardam distância deste referencial no que tange à sua concepção da norma, que então nos remetia a

As mudanças nas atividades de trabalho têm sido pensadas, nos últimos vinte anos, em termos de passagem de um modelo, ou padrão, de organização do trabalho para um outro, correspondendo o primeiro ao “modelo” taylorista e o segundo ao toyotista, ora sendo (re)adaptados ou (re)ajustados, conforme a realidade de cada país. Ambos também tidos como padrões e/ou patamares diferenciados de desenvolvimento econômico do capitalismo<sup>1</sup>. Busca-se, sob estes modelos conceituais, enquadrar as atividades humanas de trabalho, ao longo do século XX, e periodizando-as em termos de fase taylorista/fordista e fase neotaylorista/fordista ou pós-fordista. Sem entrarmos na discussão deste dualismo e suas implicações no que tange, por exemplo, à não apreensão da história como processo de longa duração, visto opor, e realizado, um “modelo” e/ou “fase”, “padrão” a outros, chama-nos atenção que ele comporta a pressuposição destes últimos: a de que o funcionamento geral das atividades do trabalho de fato se deu tal qual previsto em seus conceitos<sup>2</sup>, ou seja, neles estas atividades são tidas, sob o crivo da concepção do trabalho como execução e, enquanto tal, funcionam exclusivamente mediante as normas prescritas, postas em prática pelos trabalhadores. Para estes últimos bastam simplesmente *reproduzir e repetir* os métodos, regras e as técnicas que lhes correspondem, contidas e explicitadas nessas normas. Nessa passagem, a diferença estaria no fato de que o “modelo” atual requer maior nível de escolaridade dos trabalhadores para poder executar estes métodos e regras, o novo modo de trabalho ou trabalho prescrito. Permanece, no essencial, a visão taylorista cindida do homem, na condição de trabalhador: a de que outros, os especialistas dos conceitos e dirigentes, *pensam* as suas atividades, antecipando-as, delimitando-as, definindo-as, circunscrevendo-as em torno de “modelos” – “the one best way” –, cabendo ao trabalhador simplesmente *executá-los*<sup>3</sup>.

As reflexões a seguir consideram estas mudanças através do trabalho como uso de si por outrem e não como execução. Segundo Schwartz, “quando se diz que *o trabalho é uso de si*, isto quer portanto dizer que ele *é lugar de um problema*, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a negociar: *há não execução mas uso*, e este *supõe um espectro contínuo de modalidades*. É o *indivíduo em seu ser* que *é convocado*, são, mesmo no inaparente, recursos e capacidades infinitamente mais vastos do que os que são explicitados, que a tarefa cotidiana requer, mesmo que este apelo possa ser globalmente esterilizante em relação às virtualidades individuais. Há uma demanda específica e incontornável feita a *uma entidade* que se supõe de algum modo uma livre disposição de um capital pessoal. Tal é a justificação da palavra “uso” e tal é aqui a *forma indiscutível de manifestação de um “sujeito”*”. Nestas convocação e demanda feitas ao ser vivo humano, a este *ser*, ele faz uso de si por si mesmo porque este lugar – o trabalho – é o permanente debates/confrontos de valores – de normas.

---

pensarmos a questão da (re)qualificação do *ser*, a qual não é o nosso objeto neste artigo, e nem de nossa pesquisa de livre-docência em processo de redação, cujo projeto, acima mencionado, fora elaborado tendo em vista esta segunda questão. Todavia, dele permanece a questão do “sujeito”. É de nossa pesquisa que resultaram a problematização destas hipóteses e o presente trabalho, que será apresentado aos Illèmes Rencontres do Departamento de Ergologia-APST/APRIT, 21-23/06/2001 - Universidade de Provence - Aix-en-Provence, França.

\*\* Professora Faculdade de Educação - UNICAMP - Coordenadora do GEMTCE (Grupo de Estudo Multidisciplinar Trabalho, Cultura, Educação). Área temática: Educação Sociedade, Cultura (pós-graduação) e membro do Departamento de Administração e Supervisão Educacional.

1 Cf. Os estudos sobre o trabalho no Brasil, nestes últimos vinte anos, que explicam as mudanças nas atividades de trabalho, sob a égide da noção de reestruturação produtiva.

2 Conforme acima referido, estamos no momento redigindo a nossa tese de livre-docência, cujo título é *Transformações no trabalho e nova modalidade de uso de si: testemunhos de trabalhadores*, onde problematizamos, particularmente no 2º capítulo, as modelizações das atividades humanas de trabalho e este dualismo.

3 Rosa, Maria Inês. Tese de livre-docência, já referida.

4 Schwartz, Yves. *Travail et l'usage de soi. Travail et philosophie. Convocations mutuelles*. Toulouse. Octares, 1992, p. 53, grifos nossos. Tradução livre.

Temos como hipótese que estas mudanças se constituem enquanto uma nova modalidade de uso de si do trabalhador, organizando os novos métodos e regras do trabalho, isto é, o trabalho prescrito. Este dá-se em confronto com o trabalho real – a atividade concreta, o ato mesmo de fazer –, empreendendo, tal qual tentou o governo taylorista do trabalho, antecipar as experiências resultantes destes debates/confrontos<sup>5</sup>, a própria faculdade humana de julgar, interpretar, decidir e fazer escolhas vale dizer, aquela ‘livre disposição de um capital pessoal’. Mais uma vez tenta-se fazer prevalecer o trabalho abstrato e a temporalidade econômica que lhe é específica sobre o trabalho real, ou seja, a abstração da presença de um ‘sujeito’. Este realiza a sua atividade modificando, recriando, mesmo que parcialmente, o trabalho prescrito – o *renormaliza*, o recentra, trabalha de outro modo mediante esse debate/confronto<sup>6</sup>. O que significa a sua não submissão à norma, ou seja, à padronização ou à média que ela enceta, pelo conceito, das atividades de trabalho<sup>7</sup>. Sendo o trabalho uso de si e uso de si por si, a educação aí se configura enquanto processo de formação – educativo –, tendo uma finalidade específica: a de que todo trabalhador faça o trabalho prescrito – o novo modo de trabalhar –, conforme essas normas antecedentes, tendo em vista os objetivos da empresa. Nela há uma *representação* ou ideal de trabalhador que se constitui no anverso dos “modelos” sobre o trabalho pois, igualmente a estes, tem a ilusão que é possível circunscrever esta entidade enigmática que é o “sujeito” através de suas prescrições, como se fosse possível homogeneizar aquela livre disposição de julgar/pensar/interpretar as normas – o uso de si por si. Ideal este onde as normas não são objetos de debates/confrontos por cada ser vivo humano, em sua relação consigo e com outrem, recriando-as, modificando-as. Ao contrário, elas são tidas enquanto dados que se lhes impõe, pelo puro constrangimento e de modo inelutável.

O depoimento de um trabalhador, operário ajustador-ferramenteiro, obtido mediante entrevista com o recurso do gravador<sup>8</sup>, *diz* do novo modo de trabalhar – da nova modalidade de uso de si. Ao dizê-lo, ele procura colocar em palavras o seu trabalho real a partir do trabalho prescrito, suas normas antecedentes. Realiza um trabalho de conceituação pelo livre jogo de suas faculdades de entendimento/julgamento/interpretação, aquela disposição já mencionada, que se processa também nos atos de fazer, do trabalho real. O que significa que esta atividade é própria de todo ser vivo humano, colocando sempre em questão tanto a separação do trabalho prescrito e trabalho real quanto aquela visão do ser, malgrado este trabalho de conceituação constituir-se em monopólio dos modelizadores do trabalho e dirigentes. Este trabalho, atividade de linguagem<sup>9</sup>, é o testemunho do uso de si do trabalhador, em sua nova modalidade, e do processo educativo, atestando ser o trabalho sempre o encontro da experiência

5 \_\_\_\_\_ De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines? *La liberté du travail*. Pierre Cours-Salies (org.), Paris, Collection Le Présent Avenir, pp. 99-149; Travail et usage de soi, *passim*; Rosa, Maria Inês. Do governo dos homens: “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. *Educação & Sociedade*, Campinas, CEDES, nº 64-1998, pp.130-147.

6 Schwartz, Yves. De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines? *Op.cit.*, *passim*; *Expérience et connaissance du travail*. Paris, Messidor/Ed. Sociales, 1988, cap. 20: Des concepts d'horizon.

7 \_\_\_\_\_ *Idem*, *ibidem*; Canguilhem, Georges. Milieu et normes de l'homme au travail. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol.III. Cahier double, 1947. pp.120-136.

8 Este depoimento integra o universo empírico de nossa pesquisa de livre-docência, constituído principalmente de entrevistas realizadas com o gravador. Foram obtidas em dois momentos: o primeiro, em 11/1992 e ano de 1993 até 07/1994, e o segundo, de 07/1999 a 02/2000. No primeiro, entrevistamos 25 trabalhadores, e no segundo, deste universo, foram entrevistados 7, perfazendo um total de 32 entrevistados. Tem-se entre estes operários, não-operários, o ex-proprietário da empresa e o professor-coordenador do curso supletivo, cuja escola mantinha convênio com a empresa. Destaque-se que referimo-nos ao depoimento como testemunho, inspirado em Jacques Duraffourg. On ne connaît que les choses qu'on apprivoise. *Reconnaissances du travail. Pour une approche ergologique*, Yves Schwartz (org.). Paris, PUF, 1997, pp.125-148.

9 Schwartz, Yves. *Expérience et connaissance du travail*. *Op.cit.*, capítulo 8 : Le Langage en travail; Duraffourg, Jacques. *Op.cit.*; Falta, Daniel e Donato, Joseph Langage, travail: entre compréhension et connaissance. *Reconnaissances du travail. Pour une approche ergologique*. *Op.cit.*, pp.149-169.

e conhecimento porque “um lugar de um problema, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis a se negociar”, de debates/afrontamentos de valores.

### 1. Trabalho e nova modalidade de uso de si: debates/confrontos de valores-normas antecedentes

Este operário profissional trabalhava há cinco anos na empresa, no setor de coquilharia<sup>10</sup>, da área de apoio. Esta, no fluxo do processo produtivo, mantinha relação imediata com o setor de fundição, que, por sua vez, se relacionava diretamente com o setor de usinagem. Estava inserido este setor no interior desta rede de (inter)dependência funcional<sup>11</sup>, sendo estratégico, como os demais setores desta área, para o escoamento da produção. Deixa de sê-lo quando se prescrevem mais atividades às já existentes para cada trabalhador, reorganizando o modo de trabalho então vigente:

“agora não vem mais dez [coquilhas] vem uma, mas com essa uma você é um multifuncional: você faz ali na bancada, vai na fresa, vai no torno quando necessário, volta à fresa e volta para a bancada”  
(ajustador-ferramenteiro, grifos nossos).

O trabalhador pontua a prescrição da nova modalidade do trabalho como uso de si quando diz “você é multifuncional”, ou seja, as suas atividades não estão mais adstritas somente ao trabalho da bancada, que se inter-relacionava com as atividades do trabalho de fresa e de torno, num fluxo que transcorria conforme esta relação: fresa-bancada-torno. Quando necessário, o trabalho em processo de execução retornava à bancada e depois novamente à fresa, e cada profissional, em sua especialização, no caso fresador, ajustador-ferramenteiro/ajustador, torneiro-mecânico, trabalhava as mesmas peças, aquelas 10, mencionadas pelo trabalhador. Ele realizava as atividades do *seu* trabalho, correspondendo ao posto de trabalho que ocupava. Este modo de trabalhar processava-se em linha, havendo aí uma relação imediata entre postos de trabalho, funções e especializações. Sob as novas prescrições ou normas de produção, o trabalhador realiza, sobre uma mesma peça, não somente o seu trabalho como os dos outros profissionais, ou seja, os trabalhos do fresador e do torneiro-mecânico. Ele e os demais operários trabalham, simultaneamente e num mesmo espaço de tempo, diferentes e múltiplas operações na produção de cada peça, desenrolando-se assim suas atividades em equipe. É a própria cooperação capitalista se processando pela prescrição do novo modo de trabalho, no uso de si. K. Marx analisara esta simultaneidade graças ao parcelamento das atividades do trabalho do artesão através do qual elas foram reorganizadas, aí já se configurando esta cooperação com vistas ao aumento da produtividade individual e do conjunto de trabalhadores. Estamos distante no tempo deste parcelamento, porém ele não deixa de estar presente no trabalho em equipe, contudo travestido pelas especializações dos profissionais fresador, ajustador/ferramenteiro/ajustador, ferramenteiro, torneiro-mecânico<sup>12</sup>. Isto permitiu que elas fossem juntadas, passando o trabalhador a fazer numa única peça de coquilha as

10 O setor de coquilharia-ferramentaria, em geral, é conhecido simplesmente como coquilharia. Ele faz parte do que se denomina áreas de apoio, que não fazem parte do setor da produção. Os setores da ferramentaria, manutenção e afiação integram estas áreas. A coquilharia “é um dos setores que “dão vida” ao produto inicial. Os ferramentais aí fabricados de certa forma representam o início da produção de novos produtos da empresa” (Jornal da empresa, 05/1988, ano XXVII, nº 248, pp. 8). E a coquilha é o ferramental que gera o produto da empresa ainda em estado produto.

11 Tomamos de empréstimo a noção de rede funcional interdependente, porém não no sentido estrito, de Nobeit Elias *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris, Ed. De L'Aube, 1991, caps. I, II, IV; do mesmo autor *La société des individus*. Paris, Fayard, 1993, cap. I.

12 Cf. Sobre a questão das especializações, cuja herança é o trabalho parcelar. Pierre Naville. *L'essai sur la qualification du travail*. Paris, Librairie Marcel Rivière et Cie, 1956. Tradução, não na íntegra, de Gisele L. B. P. Tartuce e revisão técnica de Maria Inês Rosa.

atividades de trabalho que lhes correspondem, conforme acima destacado. Nesse sentido, tanto a atividade de trabalho nas 10 coquilhas quanto em uma, apontam para a prevalência da concepção do trabalho como execução, nas normas antecedentes do trabalho prescrito, cuja dimensão é a busca da média e/ou padronização do trabalho real<sup>13</sup>, sobrelevando a temporalidade econômica e sua racionalidade: a quantificação, o cálculo, a medição constitutivos do trabalho abstrato, geral, o trabalho como execução. Ou seja, o trabalho é tido como “objeto” racionalizável e, como tal, ele é considerado como trabalho simples, podendo ser definido, circunscrito, decomposto, calculável, regulável e submetido ao tempo homogêneo, o do relógio<sup>14</sup>, expressão desta temporalidade. “Você é multifuncional”, diz o trabalhador, constatando a negação de si, do ser vivo humano que é, que porém ele o reafirma em sua atividade de trabalho ao praticar a outra dimensão da norma: a da temporalidade ergológica, o uso de si por si, realizando julgamentos, interpretações, microescolhas, microdecisões, isto é, recriando e/ou retrabalhando o trabalho prescrito – a norma como média<sup>15</sup>. Embate entre duas temporalidades e concepções do trabalho que se opõem no campo de valores – das normas, de um lado os valores mercantis, de outro os não-mercantis, sem dimensão, que questionam os primeiros, mesmo que neles se apoiem, como o faz o trabalhador ao comparar as quantidades de coquilhas – a produtividade e eficiência daqueles valores – a serem trabalhadas por ele. Quando afirma que

“a gente é um objeto. A gente na verdade é um objeto de trabalho (...) É como eu falei, assim, espreme uma laranja até a última gota” (*ajustador-ferramentario, grifos nossos*),

num primeiro momento parece estar havendo concordância de sua parte à temporalidade mercantil, que toma o seu trabalho como esse “objeto” definível e por extensão a sua pessoa. Todavia, o oposto está sendo dito por esta constatação, mesmo que por ele não explicitada: a de que “não é objeto” apropriável, a ser usado no trabalho “até a última gota”, referindo-se tanto à convocação de si, de seu ser, quanto aos dos demais trabalhadores ao dizer “a gente”. Isto porque esta temporalidade ergológica através da qual cada trabalhador efetua renormalizações parciais, é ela a própria manifestação do “corpo-si” – do processo ergológico –, sem a qual nenhum trabalho real, nenhuma atividade humana se realiza. “Ela remeteria sobretudo à permanência de uma *relação de “saúde”* que se tenta estabelecer com um meio técnico, humano, econômico, *já saturado de normas diversas*”<sup>16</sup>. Ou seja, mesmo em situações de trabalho onde coerções gestuais cronometradas se impõem aos trabalhadores/as, acreditando-se que de fato o trabalho tornou-se “objeto” racionalizável, ainda assim eles/elas intervêm, recompondo parcialmente “as condições de seus próprios usos industriais. Sem esta tentativa partilhada de renormalização, nenhuma mercadoria vendável seria produzida, *nem sequer a vida* seria possível na cadeia de produção. A temporalidade ergológica é aquela de um compromisso sempre problemático, sempre a negociar entre normas antecedentes e tentativas de renormalização”<sup>17</sup>. É, pois, esta sua condição vital de retrabalho da norma, manifestação mesma desta ‘relação de saúde’, *de vida no trabalho*, que não é formalizável, colocada em palavras e/ou explicitada pelo trabalhador, sendo, porém, por ele experimentada e vivida. Saliente-se que ele também ao dizer: “A gente na verdade é um objeto de trabalho (...) espreme uma laranja até a última gota”, está confrontando o uso/mal-uso de si negadores e usurpadores desta manifestação. “É a consciência destes usos e a reivindicação de um outro uso conforme aos seus possíveis singulares”, seu “corpo-si”, que ele exprime – “maneira pela

13 Reporto-me aqui às reflexões tecidas, em nossa tese de livre-docência, citada em notas anteriormente, a partir de Yves Schwartz e Georges Canguilhem, já referidos.

14 Schwartz, Yves. *Concordance des temps? Le travail, le marché, le politique*. Colloque Interdisciplinaire sur le temps. Institut Universitaire de France. Nantes, 12-13/03/1998.

15 Cfr. Nota 13 acima citada.

16 Schwartz, Yves. *Concordance des temps? Le travail, le marché, le politique*. Op. cit., pp. 5. Grifos nossos.

17 Schwartz, Yves. *Idem, ibidem*, pp. 6. Grifos nossos.

qual o “si” testemunha em nós o nosso pertencimento ao ser vivo”<sup>18</sup>, isto é, essa condição vital. É esta expressão daquela “*entidade* que se supõe de algum modo uma livre disposição de um capital pessoal”, manifestação de um ‘sujeito’.

É sob o crivo dos valores quantificáveis, mercantis, e neles, o trabalho como execução, porque tido como aquele objeto racionalizável, em tensão com o “corpo-si” e, portanto, com a temporalidade ergológica, que afirma o trabalhador:

“agora, o que sobrecarrega foi isso: a *gente* é obrigado a trabalhar na fresa; necessita uma peça no torno, o chefe fala: ‘dá para *você* fazer isto?’ Dá, não é, falar que não? A *gente* vai fazer. Ah, eu precisava fresar isso aqui ó (falando com o chefe): ‘ah, está vazia a maquininha (o torno) pode ir lá pegar, vai fazer, vai fresar’, e *você* vai fresar (*ajustador-ferramenteiro, grifos nossos*).

Ao dizer que “sobrecarrega” e “a gente é obrigado a trabalhar”, o trabalhador testemunha e experiencia a nova modalidade de uso de si. Nesta, os postos de fresa e de torno não são extintos mas são incorporados ao seu posto de trabalho de ferramenteiro-ajustador, ou seja, as atividades de trabalho daqueles são incorporados neste último, o que o obriga ao trabalho ininterrupto. O trabalhador continua a **gerir** as atividades atinentes à sua especialização, porém sendo-lhe imposto também **gerir** as daquelas especializações. Portanto, *ao gerir não só as atividades que até então realizava tem-se ampliado o uso de si através desta nova modalidade pelo trabalho prescrito*. Isto ele testemunha quando diz “você é um multifuncional” ou “você é objeto” ou ainda “espreme uma laranja até a última gota”. Estes uso/mal-uso, todavia, comportam o seu contrário, o gerir o uso de si por si que empreendem-se interditar<sup>19</sup>, uma vez que cada ser gere também a si ou autolegisla – expressão do processo ergológico<sup>20</sup>, no encontro que faz entre trabalho prescrito e trabalho real, ou seja, entre experiência e conhecimento na atividade de trabalho, o que vimos pontuando como o retrabalho das normas do primeiro, sem o que não há a realização do segundo, bem como “nenhuma mercadoria vendável seria produzida” e/ou nenhuma atividade humana se efetiva na pura heterodeterminação.

A ampliação do uso de si também se processa pelas dispensas dos trabalhadores que até então faziam as atividades dos postos de fresa e de torno:

“antigamente, a *gente* tinha, antes de começar todos os cortes, mandar muita *gente* embora, a *gente* tinha torneiros, fresadores à vontade; se você precisava de uma peça específica a ser usinada, fresada ou torneada, você levava para a pessoa, a pessoa torneava e mandava de volta para você. Agora a *gente* pega aquele serviço vai torneare, a *gente* pega aquele serviço vai fresar. Quer dizer, eles (a direção da empresa) fizeram do profissional um multifuncional” (*ajustador-ferramenteiro, grifos nossos*).

“Começar todos os cortes, mandar muita gente embora” são as dispensas dos trabalhadores profissionais e, junto, a descartabilidade de toda uma tradição de conhecimentos e experiências acumulados, compartilhados por gerações de trabalhadores<sup>21</sup>. Na nova modalidade de uso de si tem-

18 Schwartz, Yves. Travail et l’usage de soi. *Op. cit.*, pp. 58. Cfr., do autor, neste artigo, a problematização do uso/mal-uso do ser vivo humano em relações heterodeterminadas, nas situações de trabalho, historicamente configuradas.

19 Rosa, Maria Inês. Do governo dos homens: “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos”. *Op. cit.*, Mudanças no trabalho e desregulamentação: negação da cidadania e dos limites do poder. Anais VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET), Belo Horizonte, 6-8/10/1999, vol. I, pp. 673-686, a ser publicado *Transformações no Trabalho, Conhecimento e Política*, Maria Inês Rosa (org.), São Paulo, Letras & Letras, 1º semestre/2001.

20 Schwartz, Yves. Discipline épistémique, discipline ergologique. Paideia et politeia. *Manières de penser, manières d’agir en éducation et en formation*, Bruno Maggi (org.), Paris, PUF, 2000, pp. 33-68.

21 Schwartz, Yves. *Expérience et connaissance du travail. Op. cit.*, capítulo 7: Patrimoines explicites et implicites.

se, pois, a invalidação desta tradição, que é a do próprio trabalhador e de sua história singular – experiência e conhecimento –, construída ao longo de sua vida de trabalho. Quando o trabalhador declina a palavra “gente” ele está se referindo ao fato de que estas *invalidações* e descartabilidade atingem todo e qualquer trabalhador. Contudo, saliente-se que é somente através destas tradição e história singular que se dá esta modalidade de uso de si, permitindo ao trabalhador *gerir* as atividades dos trabalhadores dispensados.

## 2. Aspectos da educação na nova modalidade de uso de si

A empresa onde trabalhava o operário ajustador-ferramenteiro, que nos concedeu o seu depoimento, desenvolveu o PEQ (Programa de Educação para a Qualidade) que integrava um outro programa, mais abrangente, o PEAQ (Programa Estratégico Anual para a Qualidade). Ele era um conjunto de medidas, funcionando como código prescrito, regulando as mudanças nas atividades de trabalho sob os métodos, regras e técnicas correspondentes, que se convencionou chamar de sistema de célula. Estas mudanças já vinham se processando desde fins de 1970, época em que se introduziu os ccqs (círculos de controle de qualidade), após o jit (just-in-time) e depois a reorganização das linhas de produção sob células, ocorrendo antes a célula-piloto. Em janeiro de 1990, instituiu-se a primeira minifábrica, e já no ano de 1994 toda a fábrica estava organizada em oito minifábricas, com previsão de serem reduzidas para quatro. Deste modo, o PEQ integrava esse processo de mudanças vivenciado pelos trabalhadores, cuja maioria já trabalhava há mais de 5 anos na empresa. Ele constituiu-se num programa específico, ministrado sob forma de palestras, durante a jornada de trabalho, com duração de 2 horas. Perfazia um total de 20 horas, distribuídas ao longo de 10 dias, tendo-se iniciado em junho de 1992. Todos os trabalhadores, organizados em turmas, por setores, realizaram o PEQ. Dele destacamos a seguinte “situação educativa”:

“O PEQ tinha jogos, tinha brincadeiras, mas tudo no intuito de levar o funcionário a *fazer as coisas mais rápidas e eficientes, com qualidade*. (...) Montagem, por exemplo, tinha os bloquinhos de plástico, fazer montagem. Tinha um... um... um... sabe esses tijolinhos de montar infantil? Daquele tipo, mas grande. Então, tinha amarelo, tinha o verde, tinha o azul com quatro vermelhinhos em cima. Eles dificultavam, eles punham ... separavam quatro turmas (os trabalhadores) *para trabalhar*. Então, um pegava de lá, trazia para cá. Então, depois o outro montava aqui, ia para outra mesa, o outro montava a outra parte, ia para outra mesa e ele (o instrutor) marcava o tempo: “*quanto tempo deu?*” Tal, aí vai. “*Então, o que vocês acham que a gente pode fazer para melhorar isso? Vem aqui, ah, então vamos juntar a mesa aqui*”. Um dava sugestão: “ah, se a gente juntasse a mesa aqui?” Aí, isso o que fez? Desenvolve a maneira de de..., meu ponto de vista, *desenvolve a maneira de analisar as coisas, passa a analisar o sistema de trabalho de outra maneira*” (ajustador-ferramenteiro, grifos nossos).

Configurava-se a situação educativa, no momento das palestras, como de fato situação de trabalho, assim referida pelo trabalhador: “separavam quatro turmas (os trabalhadores) *para trabalhar*”, malgrado a sua encenação pelo artifício da brincadeira - “de montar infantil”: “jogos, brincadeiras”, “bloquinhos de plástico”, “tijolinhos de montar infantil”, “tinha o verde, tinha o azul com quatro vermelhinhos”.

O trabalhador não somente, ao demarcar esta situação educativa como de trabalho, denuncia a tentativa de infantilização que ele e demais trabalhadores são objeto, como também *diagnostica* sua finalidade: “mas tudo no intuito de levar o funcionário a fazer as coisas mais rápidas e eficientes, com qualidade”, cronometrando-se e reduzindo o tempo deste fazer, “quanto tempo deu?”, graças ao trabalho em comum, em equipe, e à prevalência da temporalidade econômica capitalista, a da linearidade e homogeneidade do tempo do relógio. O trabalhador continuando a efetuar o seu diagnóstico, a fazer uso de si por si – seu processo e temporalidade ergológicas –, conclui que “desenvolve a maneira de *analisar* as coisas, passa a analisar o sistema de trabalho *de outra maneira*”. Isto porque é

o uso industrioso de si que é o “objeto” nestas “brincadeiras”, suscitando-se a sua engenhosidade, a sua intervenção, “a livre disposição de um capital pessoal”: “o que vocês acham que a gente pode fazer para melhorar isso?” (diz o instrutor). Convocam-se o uso de si, o “corpo-si”, para fazer o trabalho segundo o novo modo de trabalho, “a trabalhar de outra maneira”. Todavia, sendo o uso de si também uso de si por si, o diagnóstico do trabalhador é a manifestação da tensão entre modos de trabalho, o prescrito e o real e respectivas temporalidades diferentes, a mercantil e a ergológica, sob o crivo da concepção do trabalho como execução. E como salientado anteriormente, guarda esta concepção a visão taylorista cindida do homem, na condição de trabalhador, que nesta situação educativa, com base na “brincadeira infantil”, o trabalhador a ela se opõe no diagnóstico que dela faz. Além do que a própria brincadeira infantil é retirada de seu contexto enquanto atividade humana de expressão do livre jogo das capacidades de pensar/julgar/interpretar e [re]criar do “sujeito” criança<sup>22</sup>. Dupla negação destas capacidades, do ser vivo humano criança e do adulto, mediante uma representação ou ideal do homem, na condição de trabalhador, que não interrogaria as normas prescritas porque previamente tido como receptáculo destas últimas, que se lhes imporia, inelutavelmente e como puro constrangimento. Isto significa que a “situação educativa” é o lugar do trabalho enquanto debates/afrontamentos das normas antecedentes – valores – pelo trabalhador. E, aí, o tempo do relógio, critério da temporalidade econômica, tem presença maciça, na atividade do trabalho real:

“então, no final, óh, o que a gente fazia em cinco minutos, nós passamos a fazer em um minuto. Se não me engano foi isso. Um minuto a gente levava para montar uma peça daquela (do jogo de montagem) e passar na mão de, acho que de quinze pessoas; a gente levava antes cinco, sete minutos, entendeu? Então você sai dali, você vai para a fábrica, você começa a desempenhar aquilo dentro da fábrica” (ajustador-ferramenteiro, grifos nossos).

A *indissociabilidade*<sup>23</sup> das situações educativa e de trabalho é pontuada pelo trabalhador ao praticarem as finalidades da primeira, que vimos destacando, em suas atividades de trabalho: “você começa a desempenhar aquilo dentro da fábrica”. E mais uma vez o trabalhador empreende a sua análise – seu diagnóstico:

“por que sabe o que acontece? A gente não tem preparo, preparo suficiente para perceber estas coisas quando elas vem chegando devagar. Porque veio muito devagar; porque eu acredito que esse pessoal estuda muito, é muito estudado (os instrutores que exerciam as funções de professores eram técnicos do setor de relações humanas e de treinamento e técnicos de áreas específicas ligadas diretamente ou não à produção) e sabe perfeitamente o que fazer e como falar na hora certa. Eles induz ... induz, não sei se é induz, eles induz a fazer alguma coisa, e você só vai percebendo o que está fazendo depois que está fazendo, depois que fez” (ajustador-ferramenteiro, grifos nossos).

“Estas coisas” são as mudanças se constituindo enquanto nova modalidade de uso de si do trabalhador, organizando os novos métodos e regras do trabalho, do novo modo de trabalho prescrito, que se inter cruzam e se ancoram nas normas antecedentes vigentes, ou seja, no “meio técnico, humano, econômico, já saturado de normas diversas”, configurando a *não ruptura* deste modo com o então prevalecente. Esta não ruptura é apreendida pelo trabalhador quando afirma “elas vem chegando devagar. Porque veio muito devagar”. Um processo de mudança que o convoca em seu ser, em suas

22 Uemura, Eico. *O brinquedo e a administração no contexto escolar*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1999, capítulo I: A criança e o brinquedo: condições essenciais para a compreensão pedagógica de suas possibilidades.

23 Cfr. A questão da indissociabilidade nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, na universidade, em Alvarez, Denise. *Produção acadêmica do Instituto de Física da UFRJ: questões ligadas à temporalidade, organização do trabalho e avaliação*. Tese de Doutorado, COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, particularmente 3º capítulo: Sobre a produção acadêmica.



faculdades humanas de pensar/julgar/interpretar, não formalizável pelo *código* do “pessoal (...), muito estudado”, porém buscando o trabalhador identificá-lo, nomeá-lo quando diz: “não sei se é induz, *eles induz* você a *fazer alguma coisa*, e você só vai perceber o que está fazendo *depois que está fazendo*”. É pelo concreto, nos atos de trabalhar de outro modo – no novo modo de trabalho, portanto no trabalho real –, que o trabalhador empreende colocar em palavras o processo histórico de mudanças de suas atividades de trabalho que experimenta e vivencia, “a sua experiência”. Isto significa que os saberes formalizados, seus conceitos e/ou modelos teóricos, detidos pelos instrutores, são postos em questão por este processo e experiência singular – pela história –, além desta os ultrapassar. E não obstante isto, estes saberes se instituem como normas antecedentes, funcionando como dados prévios, intentando antecipar, delimitar, circunscrever, regular as atividades humanas. A esta condição dos saberes reporta-se o trabalhador, personificando-a na pessoa dos instrutores, quando diz: “*eles induz, induz, não sei se é induz, eles induz você a fazer alguma coisa*”. Nas reiterações, a tentativa pelo trabalhador de colocar em palavras tanto o embate entre o seu trabalho real e o trabalho prescrito por estes saberes quanto a abstração que estes efetuam do primeiro. Por tudo isto, é o trabalho “lugar de um problema, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a negociar” – debates/confrontos de valores. A não ser assim, tem-se a ilusão, que o trabalho é “objeto” definível e racionalizável graças a estes saberes, e que é possível circunscrever esta entidade enigmática, “o corpo-si”, manifestação de um “sujeito”, pelas prescrições que homogeneizariam e regulariam a sua livre disposição de julgar/pensar/interpretar as normas, os valores. E como afirma Schwartz, “os atos de trabalho não encontram o trabalhador como uma massa mole onde se inscreveria passivamente a memória dos atos a reproduzir”<sup>24</sup>.

---

24 Schwartz, Yves. Travail et l'usage de soi. *Op. cit.*, pp.53. Grifos nossos.

#### Referências Bibliográficas

- Alvarez, D. (2000). *Produção acadêmica no Instituto de Física da UFRJ: questões ligadas à temporalidade, organização do trabalho e avaliação*. Tese de Doutorado, COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro: Capítulo 3: Sobre a produção acadêmica.
- Canguilhem, Georges. Milieu et normes de l'homme au travail. (1947). *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. III, Cahier Double, pp. 120-136.
- Duraffourg, J. (1997). On ne connaît que les choses qu'on apprivoise *Reconnaissances du travail. Pour une approche ergologique*. Yves Schwartz (org.). Paris: PUF, pp.125-148.
- \_\_\_\_\_. (1998). Un robot, le travail et les fromages. Seminário Internacional Emprego e Desenvolvimento Tecnológico, 12-18/11/1997, DIEESE/CNPq, publicado sob o título Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho. *Emprego e desenvolvimento tecnológico. Brasil e contexto internacional*. DIEESE (org.), São Paulo: apoio publicação CNPq, FAT, SEFOR/Mtb, pp. 123-144.
- Elias, N. (1991). *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Ed. De L'Aube, capítulos I, II, IV.
- \_\_\_\_\_. (1993). *La société des individus*. Paris: Fayard, capítulo I.

- Faita, D. e Donato, J. (1997). Langage, travail: entre compréhension et connaissance *Reconnaissances du travail. Pour une approche ergologique*. Paris: PUF, pp. 149-169.
- Rosa, M. I. (1998). Do governo dos homens: novas responsabilidades do trabalhador e acesso aos novos conhecimentos. *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, nº 64, pp.130-147.
- \_\_\_\_\_ (2º sem./2000). Mudanças no trabalho e desregulamentação: negação da cidadania e dos limites do poder. Anais VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET), Belo Horizonte, 6-8/10/1999, vol. I, pp.673-686, a ser publicado em 2001 – *Transformações do trabalho, conhecimento e política*. Maria Inês Rosa (org.). São Paulo: Letras & Letras.
- Schwartz, Y. (1988). *Expérience et connaissance du travail*. Paris, Messidor/Éditions Sociales.
- \_\_\_\_\_ (1992). C'est compliqué, activité symbolique et activité industrielle. *Travail et philosophie. Convocations mutuelles*. Toulouse: Octares Ed., pp. 67-82.
- \_\_\_\_\_ Travail et l'usage de soi – *Travail et philosophie. Convocations mutuelles*. Toulouse, Octares Ed., (1992). pp. 43-66.
- \_\_\_\_\_ (1995). De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines? *La liberté du travail*. Pierre Cours-Salies (org.), Paris: Collection Le Présent Avenir, pp. 99-149.
- \_\_\_\_\_ (1996). Trabalho e valor. *Tempo Social*. Revista de Sociologia-USP, nº 2, pp. 147-156.
- \_\_\_\_\_ (1966). Pensar o trabalho e seu valor. *Idéias*- Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, nº 2, julho/dez., pp. 109-122.
- \_\_\_\_\_ (1998). Concordance des temps? Le travail, le marché, le politique. Colloque interdisciplinaires sur le temps. Institut Universitaire de France: Nantes, pp. 12-113.
- \_\_\_\_\_ (2000). Discipline épistémique, discipline ergologique. Paideia et politeia. *Manières de penser, manières d'agir en éducation et en formation*. Bruno Maggi (org.). Paris: PUF, pp. 33-68.
- Supiot, A. (1994). *Critique du droit du travail*. Paris, PUF.
- Uemura, E. (1999). *O brinquedo e a administração no contexto escolar*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas: capítulo I: A criança e o brinquedo: condições essenciais para a compreensão pedagógica de suas possibilidades.